

ESTUDO URBANO DE VIÇOSA-MG ATRAVÉS DO CONCEITO CIDADE EDUCADORA

Jansen Lemos Faria¹ (jansenfaria@hotmail.com)
Maristela Siolari da Silva² (siolari@ufv.br)
Ana Luísa Silva Figueiredo (ana.figueiredo@ufv.br)

Resumo:

Este trabalho apresenta um panorama da cidade de Viçosa, com ênfase no Bairro “Nova Era”, tendo como fundamentos para apreciação premissas acerca da participação social: a educação como direito universal e como um bem público; a consciência de que toda cidade é educativa e tem potencial educador; o reconhecimento de que crianças e adolescentes tem direitos sociais e políticos; e de sua capacidade de participar ativamente na construção de soluções para a cidade. Como objetivo principal buscou-se identificar necessidades, anseios e potencialidades em uma área que se caracteriza como eixo de segregação socioespacial. Este estudo justifica-se pela evidência de que o espaço urbano neste bairro é carente de serviços e caracteriza-se como exemplo do fenômeno de exclusão socioespacial. Traça um panorama da cidade e do bairro por meio do estudo histórico e faz uma análise visual e empírica do espaço urbano de Viçosa, baseando-se na técnica denominada safári urbano. A pesquisa sobre as dinâmicas urbanas, levando em consideração a desigualdade socioespacial, buscou conhecer a relação que existe entre a criança e o adolescente e a cidade em que vive e pode-se concluir que a cidade de Viçosa de insere no contexto urbano mundial, principalmente no que se refere ao direito à cidade, pois configura-se como altamente excludente. A cidade, embora abrigue conceituadas instituições de ensino, não é educadora. Acredita-se que o planejamento urbano estaria à altura de compreender e absorver as práticas sociais que já são exercidas, a despeito da não conformidade dos espaços públicos, e é, assim, uma ferramenta com grande potencial para diminuição destas desigualdades e produção de espaços verdadeiramente educativos e democráticos. Observou-se que há potencialidades no bairro “Nova Era” para espaços culturais e de lazer, e que a construção de equipamentos urbanos contribuiria sobremaneira para a valorização da comunidade e transformação do espaço em lugar educador.

Palavras-chave: cidade; segregação; educação; planejamento; criança.

¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Viçosa. Artigo resultado do desdobramento dos trabalhos realizados no projeto de extensão universitária Educação Urbana, financiado pelo PROEXT.

² Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Viçosa

³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Viçosa.

1. INTRODUÇÃO.

O presente trabalho trata da pesquisa exploratória realizada sobre a cidade de Viçosa-MG, resultado do desdobramento das atividades relacionadas ao projeto de extensão universitária “Educação Urbana: construindo cidadania e sociabilidade em escolas públicas de Viçosa-MG”. O trabalho analisou a cidade em questão segundo o conceito de “Cidade Educadora” desenvolvido na década de 1990, e sob as seguintes premissas: a educação como um direito universal e como um bem público (MONTEIRO, 2008); a consciência de que toda cidade é, de alguma forma, educativa e tem potencial educador (CAVALCANTI, 2008); e o reconhecimento de crianças e adolescentes como cidadãos de direitos civis e políticos (UNICEF, 1989) e o da capacidade destes cidadãos de participar ativamente da construção das cidades (CABALLO VILLAR, 2007). O objetivo da pesquisa foi o de identificar necessidades, anseios e potencialidades em uma área que caracteriza um eixo de segregação socioespacial na cidade, no bairro do Nova Era, procurando a integração, o fortalecimento da identidade e das práticas locais e, principalmente, a requalificação de espaços para que sejam educadores, construtores de uma sociedade pautada na cidadania e democracia, atendendo ao conceito de Cidade Educadora e suas diretrizes

O conceito de Cidade Educadora foi inicialmente desenvolvido em 1990, durante o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona. Na ocasião, representantes políticos de algumas cidades européias assinaram a carta inicial onde acordavam em trabalharem projetos de educação, cultura e urbanismo em suas cidades visando a melhoria da qualidade de vida, e a participação ativa de todos os cidadãos no desenvolvimento das políticas públicas para as cidades. Formou-se, então, a Associação Internacional de Cidades Educadoras. Adiante, em 2004, a carta das Cidades Educadoras foi revista e aperfeiçoada, com o objetivo de acompanhar os novos desafios impostos pela realidade urbana. Atualmente o conceito foi difundido e o grupo de cidades que aderiu à carta aumentou, alcançando outros países como o Brasil, onde já são 14 cidades junto à AICE.

Viçosa, cidade de aproximadamente 70 mil habitantes, dos quais metade são estudantes (da pré-escola ao doutorado), conta com várias escolas e faculdades com ensino de qualidade, e abriga a Universidade Federal de Viçosa, instituição de prestígio nacional. Muitos estudantes de todo o Brasil - e até estrangeiros - veem a Viçosa em busca de uma boa formação. Apoiando-se nestes fatos, a administração pública da cidade usou por anos o slogan “Viçosa, cidade educadora”, porém desconhecendo e não aplicando o conceito desenvolvido através de colaboração internacional. Dessa forma a cidade acaba por não aproveitar o grande potencial cultural e educador e, pior, com base em seu histórico urbano, caminha cada vez mais para um futuro de segregação espacial, de individualismo e de uma cidade que não acolhe e “deseduca” seus cidadãos. Pois, como está na carta das Cidades Educadoras: “Hoje

mais do que nunca as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras” (Carta da Associação Internacional de Cidades Educadoras, 2004).

2. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

É crescente a desigualdade social no mundo, e as cidades em geral são produto e produtora deste fato. O problema do acelerado crescimento e das ocupações irregulares das cidades é muito grande, o que desperta a atenção de urbanistas, engenheiros, geógrafos e sociólogos de inúmeros países. Existem, atualmente, muitas ações que visem regular o espaço urbano, ou “urbanizar” áreas de ocupações irregulares em muitas cidades, inclusive no Brasil. Porém mesmo estas são feitas, em geral, de maneira: hierarquizada, com o Estado decidindo sobre a organização espacial da população; tecnicista, com a simplificação de problemas de ordem social à dados estatísticos; excludentes, por serem voltadas ao público dos bairros já pertencentes à cidade legal (ROLNIK, 2004. p. 34); e/ou com os intuitos de ordem e de vigilância, provendo o mínimo em serviços públicos e abrindo ruas apenas para ações sanitárias e de controle da segurança (BENEVOLO, 2011. p. 725).

Mesmo os locais onde naturalmente a sociedade pode procurar por descanso, lazer e encontros, são mal projetados e mal conservados. Locais como praças, jardins e parques públicos, acabam sendo subutilizados ao ponto de se transformarem em ambientes evitados por serem desagradáveis ou esconderem atividades ilícitas. E a população que mais necessita desses espaços é a que mais sofre com a falta ou com a baixa qualidade deles.

A cidade moderna faz com que as pessoas percam o sentimento de pertencimento com o todo. Já não nos reconhecemos na cidade. Perdemos também a ligação tão necessária com a história. E a própria cidade como local de encontro, de trocas, de experiências, se limita a local sem identidade, sem cor, que exclui. Território de potencial multiplicidade – pois naturalmente a contém – torna-se local de divisão, perde a unidade e agora tem territórios independentes dentro de um emaranhado de malhas viárias. Reféns em nossas casas, esquecemo-nos de viver a cidade, remediados por televisores e computadores. Como nos diz Galeano: “o tempo vai-se esvaziando de história e o espaço já não reconhece a assombrosa diversidade de suas partes” (1999. p.26).

E na cidade contemporânea, do capital, onde uns poucos se sentem acolhidos e uns muitos se sentem acuados, são as crianças que mais sofrem. Por serem os cidadãos mais suscetíveis aos inúmeros tipos de violência e inadequações a que são expostas diariamente, de ordem social ou espacial, são elas as mais prejudicadas. Elas perderam seus mais básicos direitos, dentre eles a uma educação integral (MONTEIRO, 2008), e a um ambiente saudável que lhes permita viver, de fato, cada uma, a sua infância. Galeano afirma que “entre todos os reféns do sistema, são elas que vivem em pior condição. A sociedade as espreme, vigia,

castiga e às vezes mata: quase nunca as escuta, jamais as compreende.” (1999. p. 14). Vale ressaltar também que, como nos diz o educador Paulo Freire (1967), em seu livro “Educação como prática da Liberdade”, o ser humano é um ser em constante formação. Portanto, é necessário que a cidade proporcione não só uma atmosfera saudável para vivê-la quando crianças, mas também para jovens, adultos e idosos. Somos todos, pois, produtores e reprodutores das dinâmicas sócio-espaciais vivenciadas.

Todas as cidades são educativas (ou deseducadoras!), por nos passarem diariamente uma enorme quantidade de informações sobre sua história, sua relação com o ambiente natural, sua política e sociedade. E é nesse contexto que o conceito de Cidade Educadora entra como uma possibilidade real de melhoria do espaço urbano e das relações dos cidadãos entre si, e com a cidade. O conceito, tendo em vista o grande potencial educador da cidade de Viçosa-MG, pode ser um ótimo norteador para práticas e intervenções urbanas que criem e estimulem a consolidação de espaços agregadores e educadores e proporcione a melhoria da qualidade de vida a partir da perspectiva da educação integral, cidadã e participativa. Como afirma o Arquiteto e articulista Paulo Casé: “a qualidade físico-cultural do espaço público estimula a consolidação da idéia do coletivo, o desejo da autonomia individual e o desenvolvimento da cultura.” (2000. p. 206).

3. METODOLOGIA.

Metodologia de pesquisa de caráter exploratório que aplica o conceito de Cidade Educadora para análise da qualidade urbana de Viçosa, subsidiado também pelo levantamento bibliográfico sobre os temas correlatos necessários para melhor compreensão da cidade. A pesquisa foi, então, subdividida em três “frentes de estudo”: as dinâmicas urbanas em geral; a relação entre criança e cidade e; história e análise do espaço urbano de Viçosa. A metodologia empregada no trabalho, a partir de elencadas as “frentes de estudo”, teve como atividades os seguintes itens:

- a) Levantamento e revisão bibliográfica sobre os temas Cidade Educadora, história de Viçosa, urbanismo e intervenções urbanas.
- b) Análise empírica do espaço urbano de Viçosa:
- c) Levantamento fotográfico do local e análise do material;
- d) Aplicação de entrevistas semiestruturadas;
- e) Propostas arquitetônicas e urbanísticas para área escolhida.

4. DESENVOLVIMENTO.

4.1. Segregação socioespacial

Fala-se em segregação socioespacial porque há uma relação inerente entre a segregação no território e a segregação social, visto que as relações sociais se dão no espaço.

Essa segregação é uma realidade das cidades a nível mundial. Toda a desigualdade e diferenciação social, que são escancaradas nos espaços urbanos, têm origem em sistemas de organização social díspares entre as pessoas. Como afirma Rolnik “A origem da cidade se confunde portanto com a origem do binômio diferenciação social/centralização do poder” (2004. p. 17).

Podemos destacar, resumidamente, os agentes formadores do espaço urbano que estão diretamente ligados à produção, principalmente habitacional, reunidos em três grandes grupos, são eles: as construtoras, imobiliárias, industriais e etc, que visam a **propriedade** para geração de lucro; os agentes sociais, que visam a terra e a habitação para a **apropriação**; e o Estado, que tem o interesse primordial de regulamentar o uso da terra mas, também, o de prover habitação para a população, visando auxiliar a suprir o déficit habitacional, obedecendo à Constituição Federal brasileira, que garante o direito à moradia.

Claramente, devido ao poder econômico do primeiro grupo, o Estado deveria ser um agente mediador e de ajuda ao terceiro grupo, equilibrando as forças. Porém, o primeiro grupo, que é o das elites econômicas é, também, o grupo mais influente na esfera política. Há uma relação entre os dois grupos mais influentes – empreendedores/ incorporadoras/ construtoras e Estado – com interesses em comum e que são, basicamente, diferentes e opostos ao do segundo grupo, dos agentes sociais que visam somente a apropriação da terra e a moradia. Assim, os mecanismos relacionados à produção do espaço e da moradia servem, primordialmente, aos interesses das elites sociais das cidades.

Quando falamos de regiões nobres e regiões pobres, nos referimos a espaços equipados com o que há de mais moderno em matéria de serviços urbanos e a espaços onde o Estado investe pouquíssimo na implantação destes mesmos equipamentos. Quando falamos das altas paredes das escolas que encerram as meninas no pátio, nos referimos a instituições públicas, destinadas a disciplinar, curar, educar e punir. Há, em todos estes casos, a ação do Estado na cidade, produzindo ou gerindo segregação (ROLNIK, 2004. p. 34)

Até medidas como a de melhorar a pavimentação podem servir, de várias formas, aos grandes agentes imobiliários: em bairros “nobres”, aumentaria o valor da terra beneficiando, claramente aos moradores destes bairro; porém, mesmo para os bairros populares periféricos, o que aparentemente beneficiaria aos seus ocupantes, pode favorecer às empresas que, antes dessa intervenção, já eram as proprietárias dos maiores terrenos.

Temos então um cenário urbano onde os moradores dos bairros nobres – que são a minoria – tem boa qualidade de vida, pois, além de tudo, possuem áreas de amenidades como parques e praças que seguem o que há de melhor no ramo do projeto urbano, à disposição.

Assim, na parte regular da cidade, se aplicam com maior ou menor sucesso os métodos da arquitetura e urbanística modernas, mas estes métodos criam de partida um privilégio: tornam-se técnicas de luxo para melhorar as condições

de vida da minoria que já está melhor, e que diferencia cada vez mais do resto da população. (BENEVOLO, 2011. p. 707)

Enquanto isso os moradores dos bairros mais pobres – bairros populares, ilegais ou irregulares –, que são os mais necessitados por não disporem de dinheiro para pagar pela qualidade de vida, sofrem com a falta de assistência do Estado, que se esconde atrás de interesses políticos e econômicos para benefício de parcela já privilegiada.

Portanto o que vai caracterizar esta cidade dividida é, por um lado, a privatização da vida burguesa e, por outro, o contraste existente entre este território do poder e do dinheiro e o território popular. A questão da segregação ganha sob este ponto de vista um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano. (ROLNIK, 2004. p. 33)

A luta pelo espaço gera, muitas vezes, um forte sentimento de apropriação e identificação, que pode acontecer também pela relativa homogeneidade cultural entre os moradores de áreas irregulares. Podemos dizer que pertencem a um grupo social com a mesma faixa de renda, que procuram os mesmos tipos de empregos (ou subempregos) e enfrentam os mesmos problemas econômicos, sociais e urbanos. Essa identificação cultural pode ser vista nas expressões artísticas provenientes desses bairros pobres, como os estilos musicais Rap, Hip-hop e Funk, e até mesmo o hoje aclamado Samba, que tem raízes em grupos étnicos excluídos das cidades regulares.

4.2. A criança e a cidade

Inúmeras informações sobre nossa sociedade estão impressas no espaço urbano. Com o crescimento mal administrado das cidades, os espaços públicos se tornaram escassos e de má qualidade. A ingerência do Estado em relação ao cuidado com o ambiente urbano, não impedindo grande parte das ações dos agentes particulares na formação do espaço, proporcionou, juntamente com outros fatores, que as cidades em geral se tornassem ambientes social e ecologicamente insustentáveis. As experiências coletivas passaram a ser relacionadas somente com a prática do consumo, como vemos em shoppings e restaurantes.

O ambiente urbano mostra-se, portanto, hostil. Muros altos, arames farpados, câmeras de vigilância. “Ninguém confia em ninguém” (RASHID, 2013). Relacionamo-nos com a cidade, percebemos seus signos e sentimos que andar pelas ruas pode ser uma experiência de sobrevivência: sobreviver à falta de segurança, ao tráfego intenso de automóveis, ao lixo, ao esgoto, à fumaça e etc. A cidade é, teoricamente, feita por e para nós e, mesmo assim, sentimo-nos muitas vezes acuados em suas ruas.

Existe um personagem muito especial vivendo nas cidades. Mas as cidades pouco sabem dele, pouca atenção lhe dão e muito mal se organizam para ser sua casa, seu ambiente, seu território. As cidades vão perdendo, cada vez mais, as características que as fazem amigas, próximas, acolhedoras desse personagem: a criança. (REDIN; DIDONET; REDIN, 2007 p. 23)

Fazem parte do cenário urbano, essa personagem que ainda não pode se defender, que ainda não apreendeu de todo como funciona esse local, meio organismo e meio máquina, ao qual chamamos cidade. E como deveria ser próprio de todo Estado democrático, devemos procurar integrar a criança à cidade, fazer dos espaços acolhedores para nós, adultos, e também para elas. Para isso primeiro devemos entender a forma como as crianças se relacionam com os espaços.

De maneira objetiva a criança experimenta de imediato a inadequação dos espaços ao seu tamanho. Por serem menores, vivenciam a cidade com a perspectiva de quem olha de baixo para cima. Outra relação de percepção que devemos destacar é a de que a criança está ainda aprendendo a decifrar os símbolos sociais. Dependendo da idade, ela pode ou não entender as relações entre a maior parte dos objetos e signos, e qual comportamento análogo ter de acordo com eles.

Outro fator é como as crianças se apropriam ou não dos ambientes. Elas têm a capacidade de transformar objetos cotidianos em fontes de brincadeiras e histórias. E há nisso grande importância para a formação psicomotora saudável. Quando estabelecemos regras ou construímos espaços que impedem essa apropriação natural, ou quando o espaço se mostra hostil e impróprio, acabamos por inibir o desenvolvimento dessas brincadeiras, da apropriação e da aprendizagem benéfica.

Na perspectiva das crianças, a qualidade de vida e o uso dos espaços nas cidades têm piorado, mesmo em cidades de pequeno porte. Assim, é de grande valia modificações na segurança e na estrutura destes espaços, para que as pessoas possam reocupar esses ambientes que pertencem a todas elas, tornando reais as sonhadas expectativas que essas crianças têm de uma boa cidade para se viver.

Ainda sobre o aspecto da percepção ambiental, o livro “Como as crianças vêem a cidade” (VOGEL, Arno; VOGEL, Vera Lúcia; LEITÃO, Gerônimo, 1995) mostra de maneira simples e clara parte das relações entre as crianças e o mundo urbano do qual fazem parte. Podemos perceber quais informações a cidade transmite a elas, com destaque para a importância dos espaços abertos, públicos e privados.

A relação da própria moradia com o status social feita pelas crianças - por observar as moradias e os espaços de lazer de outras crianças abastadas - por exemplo, pode estranhar ao primeiro olhar, porém não poderia ser diferente no atual cenário onde a própria cidade é uma grande vitrine e quase tudo se trata de consumo. E como nós e nossas cidades vêm tratando esses pequenos cidadãos? Há, antes de tudo, uma relação direta entre a posição econômica na qual a criança e sua família se encontram e o tratamento dado pela sociedade.

O mundo trata os meninos ricos como se fossem dinheiro, para que se acostumem a atuar como o dinheiro atua. O mundo trata os meninos pobres como se fossem lixo, para que se transformem em lixo. E os do meio, os que não são ricos nem pobres, conserva-os atados à mesa do televisor, para que

aceitem desde cedo, como destino, a vida prisioneira. Muita magia e muita sorte tem as crianças que conseguem ser crianças. (GALEANO, 1999. p.11)

Se o poder econômico dita as regras na organização das sociedades, isto não é diferente em relação às crianças. O dever dos pais de brincar com seus filhos é transferido para os brinquedos, e o dever da socialização através de jogos e brincadeiras é transferida para as escolas. Para completar, segundo está no livro “Infâncias”:

Um terceiro lado precisa ser destacado nessa realidade multifacetada da criança na cidade: ela vem sendo usada como objeto: (a) de lucro, pois é vista e incentivada a ser cada vez mais como importante consumidora; (b) de vaidade dos pais, que a querem brilhando aos olhos dos amigos e vizinhos e lhe impõem a exigência cada vez mais pesada de aprendizagens precoces, que lhe roubam a infância. O stress infantil já constitui um problema sério. O excesso de coisas – brinquedos, videogames, jogos eletrônicos, academias, escolas, roupas, etc. também está fazendo suas vítimas infantis porque ser sufocado de coisas não substitui o amor e o carinho, ausentes ou negados. (REDIN; DIDONET; REDIN, 2007 p. 29).

E assim crescem as crianças na América Latina e em grande parte do mundo. Tratadas como dinheiro, com descaso, ou como problema social. Em relação à cidade, as crianças ricas pouco a experimentam. Vivem em locais fechados, atemporais e desvinculados da cultura local, como shoppings e clubes. Já as crianças e adolescentes de classe média, a exemplo dos ricos, são vistos e tratados como consumidores, e vêem a cidade através de janelas e telas, porém com menos acesso a opções pagas de lazer. Também não exercem sua plena cidadania, sua participação na sociedade é apenas através do consumo. E nesse cenário os meninos e meninas pobres ou miseráveis têm ainda menos voz. São ignorados completamente, quando não são tratados como problema. E há para todas essas crianças um lugar de grande importância, que é depósito de anseios para os pais ricos, de esperança para os pais médios e pobres, e objeto de desejo para crianças miseráveis: A escola. Este local construído para o ensino tem ainda as responsabilidades incumbidas pela sociedade de socializar e educar os pequenos cidadãos. Porém, para boa parte das crianças e adolescentes, é mais um meio revelador da desigualdade e promotor da imobilidade social.

Outra dificuldade para a realização plena da cidadania pelas crianças está, então, na relação dessas com a própria escola. As cidades não cumprem seu caráter teórico de espaço democrático, e as instituições de ensino também deixam a desejar. As escolas muitas vezes são rígidas, e acabam tolhendo as liberdades individuais e não observando as características próprias de cada criança. Assemelham-se, muitas vezes e por legado de sistemas educacionais arcaicos, com sistemas carcerários. Retratado assim na música Virando a Mesa, do rapper Rashid: “Me chame de mal educado/ Se o sistema educacional é primo daquele outro sistema, tá ligado?” (RASHID, 2013. Virando a mesa). Assim elas não se sentem livres o suficiente para se expressarem e para exercerem grande influência na condução das atividades escolares. No texto “Educação, cidade e cidadania” a autora Evely Najjar Capdeville nos mostra que o espaço escolar não é o único, porém o mais importante para a vivência com

a cidadania. Ele explica que a escola deve funcionar como um exemplo de ambiente democrático e acolhedor, onde os estudantes possam desenvolver suas capacidades críticas acerca do meio em que vivem:

Nesse sentido Coutinho (1994) chama a atenção para o interior da escola e a necessidade de uma gestão democrática. Segundo esse autor, a escola vai contribuir para o fortalecimento da democracia e a realização da cidadania se ela promover a socialização efetiva do conhecimento, assegurar o pluralismo e a liberdade de expressão para todos e se autogerir, constituindo em seu interior uma verdadeira escola de democracia. (CAPDEVILLE, 2007, p.71)

Em 1989 a Convenção sobre os Direitos da Criança, tratado internacional que só não foi assinado por três países (Estados Unidos, Somália e Sudão do Sul), declara a totalidade dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais da criança. E entre os principais artigos do documento está a questão da participação das crianças e o respeito por suas opiniões:

Entre os princípios básicos da Convenção, estão o respeito e a consideração pelas opiniões da criança. O documento reconhece o direito da criança de expressar livremente suas opiniões em todas as questões que a afetam, e insiste que essas opiniões devem ser devidamente consideradas de acordo com sua idade e sua maturidade (Artigo 12). Proclama ainda o direito da criança a liberdade de todas as formas de expressão (Artigo 13). A criança tem direito a liberdade de pensamento, de consciência e de religião (Artigo 14), a privacidade e a proteção contra ataques ou interferências ilegais (Artigo 16) e a liberdade de associar-se e de realizar reuniões pacíficas (Artigo 15). (Situação Mundial da Infância: Crianças em um mundo urbano, 2012. p. 16)

Porém mesmo assinando a declaração os países ainda não estabeleceram caminhos para se comunicar, compreender e para executar os anseios das crianças e adolescentes para as cidades, em medidas que visem a participação democrática e efetiva deles. Como visto nem mesmo as instituições de ensino, voltadas para a formação desses cidadãos, cumpre de forma satisfatória a função de ambiente que promova a democracia. Assim o Estado se restringe a vigiar e a educar para o mercado de trabalho, e punir as crianças e adolescentes que não se encaixem no sistema.

4.3. A cidade de Viçosa

A cidade de Viçosa experimentou no final do século XX e início do XXI, um grande crescimento demográfico que, devido às características morfológicas da região resultou também em um grande adensamento, principalmente, do centro da cidade. Os fatores de atração para a cidade estão claros: o aumento da oferta de ensino gratuito e particular de qualidade, e a saída do campo à procura de melhores condições de vida. Ocorreram rápidas mudanças urbanas, sobretudo no período a partir da década de 1970 até o início da segunda década dos anos 2000. Porém a prefeitura municipal da cidade, em diferentes administrações,

não acompanhou devidamente o crescimento da cidade, com pouca ou nenhuma atuação no sentido da organização da vida urbana, sobretudo nos bairros populares.

Dessa forma as administrações municipais abriram grandes brechas para que a tarefa da organização da vida urbana recaísse nas mãos de agentes particulares: construtoras, loteadores e imobiliárias. Estes, obviamente, almejam primeiramente o lucro e, em muitos casos, desprezam os fatores ambientais e a qualidade de vida nos locais por eles ‘ordenados’. Esses agentes, pela oportunidade, deveriam agir rápido, e contaram com a cumplicidade ou a omissão dos agentes políticos que, por sua vez, pertencem ao mesmo grupo social que os agentes imobiliários.

Maior exemplo do envolvimento entre política e empresas do ramo imobiliário na cidade está nas ações políticas e empresariais do Sr Antônio Chequer. Ele foi três vezes vereador, presidiu a câmara municipal da cidade e foi, ainda, três vezes prefeito, nos mandatos de 1973-76, 1989-92 e em 1997, quando faleceu no primeiro ano de seu terceiro mandato. Além disso, atuou como empresário comandando a maior empresa do ramo imobiliário de Viçosa, juntamente com seus irmãos Elias e José Chequer, que têm vínculos políticos com a cidade. Conhecido como “o pai dos pobres” por muitos de seus admiradores, Antônio Chequer foi o responsável pelo loteamento de grande parte de Viçosa. De bairros hoje tidos como de classe média a bairros populares, sua atuação modificou a estrutura urbana da cidade no seu período de maior crescimento populacional, durante a década de 1970, época da federalização da universidade de Viçosa (1969), e também de crescimento urbano expressivo em todo o país. A demanda por terrenos servidos próximos ao centro aumentou muito. Porém os valores também cresceram, ocasionando a ocupação de lotes ou terras distantes do centro e, por consequência, distantes dos equipamentos e desprovidos de serviços urbanos básicos, como acesso aos sistemas de água e esgoto, ou até mesmo transporte urbano.

Ou seja, as oportunidades para agentes imobiliários eram boas, e a situação política também. A família Chequer então decide aumentar sua atuação empresarial em loteamentos, e abre vias e bairros novos. Ele promove a compra de sítios e fazendas para a conversão destas terras rurais em terrenos urbanos, mesmo sem a disponibilidade de serviços básicos a alguns desses loteamentos. Um deles, e o mais icônico, é o bairro Nova Viçosa. Podemos observar pelo nome dado ao loteamento que havia no local o depositário de esperanças para muitas famílias que necessitavam de um lote para darem início à suas vidas na cidade. Como os terrenos foram vendidos a preços muito baratos e proporcionaram o estabelecimento de famílias carentes na cidade, este loteamento foi o principal responsável pela alcunha dada à Antônio Chequer como “o pai dos pobres”. Porém o referido loteamento foi realizado distante da malha urbana existente, e por trás de uma barreira geomorfológica que dificulta o acesso ao bairro, ainda hoje espacialmente segregado da cidade.

Posteriormente algumas ações políticas de Antônio Chequer e de seus familiares foram responsáveis por mudanças na legislação de uso e ocupação do solo, proporcionando aos agentes imobiliários maior liberdade construtiva e, novamente, mudando a morfologia urbana de Viçosa. Como nos mostra o pesquisador Geraldo Browne Ribeiro Filho em sua dissertação de mestrado:

Ainda em 1991, foi aprovada nova lei de parcelamento do solo do município de Viçosa — lei no 783/91, de 27 de maio de 1991. Esta lei é originária de projeto de autoria do vereador José Chequer, irmão do prefeito da época — Antônio Chequer — e de um empresário da construção civil. Ela foi aprovada para ser uma lei complementar à lei federal no 6766/79, mas, na realidade, em vez de seguir as prescrições da lei maior ou determinar exigências maiores, ela impõe restrições menores do que as estabelecidas pela lei federal, que servem mais aos interesses daqueles empresários e da classe que representam do daqueles dos segmentos sociais de baixa renda. (RIBEIRO FILHO, 1997. p. 181)

Tem-se como exemplo na legislação municipal supracitada, de 1991, que deixa a cargo dos construtores e de decisões não padronizadas o respeito ou não à legislação federal. Isso acontece, como destaca Ribeiro Filho, em dois pontos importantes das legislações:

Esses desencontros entre as duas leis podem ser verificados em pelo menos dois artigos. Enquanto a lei federal no 6766/79 proíbe não só o parcelamento do solo em terrenos com declividades iguais ou superiores a 30%, mas também a edificação ao longo de uma faixa de 15,00 m, contada a partir das margens de águas correntes e dormentes e das faixas de domínio de rodovias, ferrovias e dutos, denominada faixa non aedificandi, a lei municipal no 783/91 proíbe o parcelamento do solo somente em terrenos com declividades iguais ou superiores a 40%, para os lotes que tenham frente mínima de 15 metros (art. 5o, III).

Além disso, em relação à faixa non aedificandi, o poder público municipal substituiu a expressão, contida na lei no 6766/79, “será obrigatória a reserva de faixa non aedificandi” por “poderá exigir a reserva de faixa non aedificandi”, o que muda totalmente o sentido da lei. (RIBEIRO FILHO, 1997. p. 182)

Não só durante os mandatos de Antônio Chequer, mas de maneira geral, desde a década de 1970, com a expansão da cidade – que continuou até a década de 1980 e depois teve nova expansão nos anos 2000 – podemos observar que a indústria da construção civil e ainda as chamadas auto-construções não tiveram, por parte do município, cobrança ou orientação adequada. Como nos mostra Ribeiro Filho em seu estudo, mesmo o Código de Obras – e posteriormente outras legislações normativas – foi em muitos casos desrespeitado por construtoras e pelas pequenas iniciativas individuais.

A falta de controle por parte da prefeitura fez com que o problema do ordenamento territorial aumentasse, assim como o problema da qualidade de vida que deve ser o objetivo das medidas legislativas e das práticas urbanísticas. Como consequência do desleixo e da conivência da prefeitura com práticas irregulares, podemos observar na cidade o adensamento territorial do centro e de bairros centrais, a ponto de causar problemas na disponibilidade de

serviços; e também a segregação socioespacial e a baixa qualidade de vida nos bairros populares e periféricos, onde faltam, sobretudo áreas de lazer e cultura.

A prova da ação dos agentes imobiliários na esfera política da cidade é até hoje muito clara. São eles que financiam as campanhas políticas, tanto para obter apoio da prefeitura, quanto da câmara dos vereadores e, em muitos casos, são eles mesmos os governantes. Como na última eleição, pois 23% da arrecadação através de doações para a campanha do atual prefeito, Dr Celito Francisco Sari, foram provenientes de alguma imobiliária, construtora, ou membro da família proprietária deste tipo de empresa. O próprio atual vice-prefeito é o filho mais novo do ex-prefeito Antônio Chequer e, portanto, de família proprietária de imobiliária, construtora e incorporadora em Viçosa.

As ações políticas chegaram ao extremo no final de 2012, quando foi proposta a urbanização de uma grande área rural da cidade onde estão situadas nascentes importantes para a vazão do Ribeirão São Bartolomeu, principal curso d'água para o abastecimento urbano. A proposta não contém um projeto de preservação do ribeirão, que segundo representantes da prefeitura, seria proposto posteriormente à legislação que mudaria o zoneamento da região. Ou seja, durante a movimentação do mercado imobiliário, contando que existiria, o que o histórico legislativo da cidade, como observado, não nos permite confiar.

Atualmente o quadro geral da cidade nos mostra o quão desrespeitosas foram as ações de administrações municipais e de agentes imobiliários em relação à cidade. Edifícios foram construídos muito próximos ou sobre o Ribeirão São Bartolomeu, ultrapassam as Taxas de Ocupação, reduzem os passeios, não tendem ao percentual obrigatório de área permeável e etc. Fugindo dos problemas perpetrados, em parte, pela classe economicamente alta da cidade, esta mesma classe fecha-se em condomínios fechados em periferias bem servidas pela prefeitura, aumentando a sensação de distanciamento e segregação entre os cidadãos. Enquanto isso os bairros populares permanecem, em grande parte, segregados, com construções ilegais e pobremente servidas.

Hoje há grande pressão de setores populares, organizados ou não, no sentido de cobrar da administração municipal ações mais efetivas e democráticas para a cidade. A tentativa da prefeitura de tornar urbana a área rural conhecida como Paraíso foi repelida quando a população do lugar, e demais concidadãos viçosenses, pressionaram o poder legislativo e executivo da cidade no sentido da preservação da área, tendo em vista sua importância ambiental para o município. A exemplo disso podemos observar durante as reuniões abertas da câmara de vereadores a cobrança por reformas em escolas e creches, ampliação e melhoria do atendimento escolar e hospitalar e, com grande destaque, por políticas públicas urbanas que possam responder aos diversos problemas da cidade, entre eles o viário e da falta de espaços de lazer na cidade.

4.4. Maiores exemplos deseducadores da cidade

Assunto que gera grandes discussões no município é o **patrimônio histórico construído**. Isso porque os terrenos vazios no centro da cidade são escassos para dar conta da quantidade de novos empreendimentos imobiliários, o que faz o mercado voltar suas atenções para as edificações menores e mais antigas que são, em alguns casos, de valor histórico e cultural para a cidade. Essas edificações são compradas e logo demolidas, pois apenas o terreno interessa. Como a cidade ainda cresce em ritmo relativamente forte, a demanda por terrenos no centro e proximidades é grande, e a lógica imobiliária preza pelo aproveitamento máximo destes, aumentando o problema do inchaço da região central, enquanto a memória da cidade vai se perdendo.

Mesmo quando o valor econômico do terreno é alto e o valor histórico da edificação existente também, havendo um embate maior, as perdas são do histórico. Isso porque há uma tática feita pelas construtoras que acaba convencendo até mesmo a opinião pública. Trata-se da deterioração gradual de edifícios que poderiam gerar maior resistência da população e do conselho de patrimônio. Explicamos: por falta de uso e manutenção do edifício, que já é mais sensível às intempéries, este acaba se deteriorando de maneira visível. Depois de certo tempo a construtora propõe sua demolição. Na foto percebemos a degradação e o descaso com o patrimônio histórico.

Figura 1: Foto de Casarão inventariado sendo demolido no centro da cidade.



Fonte: Jansen Lemos Faria, Junho/2014

Figura 2: Lote vago onde antes havia casa que conservava traços arquitetônicos coloniais. Hoje o local serve para o aluguel de placas publicitárias, e para o acomodar o lixo dos moradores próximos.



Fonte: Jansen Lemos Faria, Junho/2014

Talvez o aspecto “deseducador” da cidade mais evidente seja o **desequilíbrio ambiental entre os espaços construídos e os naturais**. E o principal motivo é a permissividade que a administração pública tem em relação às construtoras e imobiliárias na cidade, como já visto. A lição que apreendemos aqui é de que para construir em Viçosa basta o local e o dinheiro. Isso porque observamos na cidade o desprezo pelas leis federais que

impedem a ocupação de encostas e margens de cursos d'água, e o desrespeito a leis municipais que (deveriam) regular as construções. São muitas as edificações que desrespeitam essas leis e, por conseqüência, desrespeitam também o meio-ambiente e os viçosenses. Na realidade, podemos dizer que algumas construtoras simplesmente ignoram o principal curso d'água da cidade, o Ribeirão São Bartolomeu, conhecido entre os estudantes do ensino fundamental como “São BOSTAlomeu”, em referência à grande quantidade de esgoto e lixo que o ribeirão recebe diariamente.

A temática ambiental é uma das mais tratadas no ensino fundamental e recebe grande atenção dos estudantes para o conhecimento no assunto. Porém, exemplos como os vistos em Viçosa não só mostram o descaso das construtoras sobre a questão ambiental, mas também apontam para as crianças e adolescentes sobre o distanciamento entre a teoria e a prática, a educação escolar e a realidade, o que pode até colocar em cheque a validade dos ensinamentos para eles. A seguir podemos observar, na sequência de imagens, o desrespeito das construções com o meio ambiente e a cidade.

Figura 01: Foto feita a partir de uma ponte na Rua dos Passos, centro de Viçosa. Percebe-se que mesmo a construção sofre com a relação não harmoniosa entre ribeirão e edifício.



Fonte: Jansen Lemos Faria, Junho/2014

Figura 02: Foto da área central da cidade onde o ribeirão passa. Podemos observar a proximidade das edificações e a degradação do São Bartolomeu. Vê-se que há despejo de lixo no local. Podemos ver também o prédio da Incorporadora Lelis que sofreu recentemente ação do ministério público por não respeitar os afastamentos mínimos do ribeirão. A decisão judicial determinou a demolição de parte do edifício, segundo jornal Folha da Mata, de 16 de abril de 2014, edição 2350.



Fonte:
http://italostephanarquitecto.blogspot.com/2013_10_01_archive.html

4.5. O eixo de segregação do bairro Nova Era

A área escolhida para o desenvolvimento de uma proposta de intervenção localiza-se dentro da malha urbana da cidade, na Rua Maria Cristina, no bairro popular Nova Era, a aproximadamente 2 quilômetros do centro (Ver Mapa do Anexo III). A área de intervenção corresponde a uma grande porção de terra que se encontra degradada e que marca uma descontinuidade da região central com parte do subúrbio viçosense. Pelo local passa um trecho do Ribeirão São Bartolomeu e da antiga linha férrea, grande responsável pelo

crescimento e desenvolvimento da cidade. Há também uma grande igreja recém inaugurada, que atende ao público católico da região, e um clube para lazer particular. Uma usina abandonada também faz parte da área de intervenção, além de grandes terrenos vagos que caracterizam um vazio urbano.

Figura 03: Usina abandonada dentro da área de intervenção



Fonte: Jansen Lemos Faria, Junho/2014

Figura 04: Um muro alto, com grades por cima é o elemento que separa um clube de uma rua no bairro popular Nova Era, onde quase não há opção de lazer gratuito.



Fonte: Jansen Lemos Faria, Junho/2014

O bairro Nova Era fica entre os bairros Vale do Sol (mais próximo ao centro) e Cidade Nova. E o acesso à área da proposta pode ser feito pela própria Rua Maria Cristina, por dentro do bairro Vale do Sol; pela Rua Dom Silvério, que liga o bairro a importantes vias dentro da malha urbana; e pela BR 356, que liga Viçosa a Belo Horizonte, passando por bairros como o Cidade Nova e Barrinha, e por cidades vizinhas como Porto Firme. Dessas vias apenas a rua Maria Cristina tem pouco movimento de automóveis e pessoas. Isso se dá porque as outras vias são mais bem conservadas, e ligam a área a locais mais populosos. Além disso, por ser uma área pouco povoada, de vazio urbano, há uma sensação de insegurança transmitida pelo espaço, o que colabora com o seu pouco uso. Acrescido a estes fatores há também o fato de que a continuidade desta rua está comprometida, já há alguns anos, por uma ponte que caiu. A ponte era uma conexão interna entre as ruas do bairro. Sem a ponte os moradores locais são obrigados a utilizarem de vias movimentadas para o deslocamento interno ou para fora do bairro, sobrecarregando-as. Além do inconveniente de precisarem passar por caminhos mais longos. Mesmo a construção da igreja, que atrai centenas de pessoas nos finais de semana, não foi motivador para a reconstrução da ponte caída.

Ainda sobre as vias do bairro, podemos observar que estas não recebem boa manutenção por parte da prefeitura. Isso porque estão esburacadas, sem sarjetas ou destinação adequada para a água das chuvas, sem passeio ou com acessibilidade limitada pelo tamanho ou pelas obstruções das calçadas, também mal conservadas. A mobilidade urbana é prejudicada por vias mal sinalizadas, estreitas em alguns trechos, sem pontos de

ônibus adequados e sem ciclovias que possam apresentar alternativa ao transporte em automóveis. Desta forma carros, ônibus, caminhões e bicicletas dividem um apertado e inadequado espaço viário. A linha férrea existente é ignorada, serve como estacionamento para os carros em determinadas áreas, e foi soterrada em outras. A estrada de ferro, que já foi importante ligação do município com outras cidades foi esquecida e soma-se à conta de desperdícios de potencialidades do bairro.

A região conta com poucas opções de lazer, sobretudo gratuitas. Para isso os moradores contam com bares e festas no próprio bairro ou, no caso das crianças, com espaços abertos de terrenos baldios e as ruas, onde empinam pipas e praticam outras atividades ao ar livre nos dias de menor movimento de automóveis. Quanto à disponibilidade de cultura e educação o bairro é também limitado, abrigando uma escola pequena, que não atende a toda demanda da região e não tem boa qualidade espacial. Não existem bibliotecas públicas ou museus. Não há também locais próprios para apresentações artísticas ou para o seu desenvolvimento.

Figura 05: Caminho interrompido dentro da área de intervenção. Há mais de 2 anos a situação é a mesma.



Fonte: Jansen Lemos Faria, Junho/2014

Figura 06: Moradores do bairro criam suas próprias áreas de descanso, e de modo espontâneo surgem caminhos em áreas abandonadas ao longo da linha férrea.



Fonte: Jansen Lemos Faria, Junho/2014

Outros problemas podem ser observados no bairro e no trecho escolhido para a proposta de intervenção urbana. Dentre os vários problemas a questão ambiental tem destaque. O bairro conta com poucas lixeiras e o condicionamento do lixo é péssimo, e há locais de despejo e acúmulo ilegais para o lixo e restos de obras. O ribeirão encontra-se em péssimo estado, com trechos assoreados, mata ciliar rasa ou inexistente, e recebendo grande carga de dejetos, como esgoto, lixo e restos de construções. Não há uma relação harmônica entre os moradores e o curso d'água, e o potencial educativo e contemplativo que um rio urbano tem são totalmente desperdiçados. No bairro há também uma agroindústria e uma usina de concreto, o que aumenta a poluição sonora e o tráfego de veículos pesados.

5. CONCLUSÕES

O quadro geral do mundo é de desigualdade, segregação e degradação ambiental e da vida urbana em si. No Brasil as desigualdades ainda fazem parte dos principais problemas a serem enfrentados, mas parecem ser temas que não combinam com as discussões nos palanques eleitorais. Justamente por seu caráter essencial de mudança, algo indesejado para a grande parte dos agentes públicos que pleiteiam posições tanto nos legislativos quanto nos executivos, nas diferentes esferas políticas. São representantes das elites, financiados por elas. O direito à cidade é confundido com privilégio, e as massas espoliadas continuam às margens da cidade e a encarando como área a ser conquistada, se possível, após muitos anos de trabalho e luta. Os governos pouco fazem pelos muitos que precisam, e que de muito precisam para alcançar um nível satisfatório de qualidade de vida.

Ao analisarmos Viçosa pelo conceito elaborado pelas Cidades Educadoras compreendemos o quanto a cidade está distante de ser um espaço educativo e democrático. Sobram maus-exemplos por parte do poder público e também da população em geral, que entra no ciclo vicioso de degradação ambiental e exploração máxima da terra urbana, fatos observados no município. O poder público nos mostra como não se importar com a qualidade de vida dos viçosenses através da permissividade de práticas danosas ou sendo o primeiro a perpetrar tais práticas. Percebemos neste trabalho algumas das muitas práticas que pertencem ao ciclo vicioso ao qual a cidade se prendeu. Viçosa não é uma Cidade Educadora. E está longe disto, mesmo com as boas instituições de ensino. Viçosa também não é uma “Cidade para todos”, como propaga o slogan da administração pública atual (2012-2016). Os espaços de Viçosa são, em grande parte, deseducadores. Não o são mais pela característica fundamental do ser humano: seu poder de se apropriar. As práticas sociais são exercidas a despeito da não conformidade dos espaços públicos. A vida urbana é intensa, e adapta-se como pode à cidade, usando-a tanto quanto é permitido.

De acordo com o estudo e obedecendo aos seus objetivos, identificou-se também potencialidades e necessidades relativas à área do Bairro Nova Era. Para o território analisado observa-se que há uma grande demanda por espaços culturais e de lazer, observados como prioridades. Há também um déficit habitacional na cidade, que pode ser amenizado com o uso da área, favorecendo também a “quebra” do eixo de segregação identificado. Desta forma, conclui-se que a construção de uma escola, um centro comunitário, uma praça, habitações de interesse social, uma horta comunitária e um trecho de parque linear, seriam grandes equipamentos para a valorização da comunidade e cultura locais, e para a transformação do espaço em local educador.

REFERÊNCIAS:

- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Carta das Cidades Educadoras**. VIII Congresso Internacional de Cidades Educadoras, Génova, 2004. Disponível em: <<http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubFitxerAc.do?iddoc=84472>> Acesso em: 30/10/2013
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CABALLO VILLAR, Maria Belén. **A Cidade Educadora: nova perspectiva de organização e intervenção municipal**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.
- CAPDEVILLE, EvelyNajjar. **Cidadania: das ruas à sala de aula**. In: CURY, Carlos Roberto Jamil; TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. Educação, cidade e cidadania: Leituras de experiências sócio educativas. Belo Horizonte: PUC Minas/ Autêntica, 2007.
- CASÉ, Paulo. **A cidade desvendada: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano, seus mistérios e fascínios**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.
- GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- MONTEIRO, A. Reis. Cidade Educadora: **Cidade do Direito à Educação**. Fórum Mundial de Educação, Nova Iguaçu-RJ. Março de 2008. Disponível em: <<http://reismonteiro.net/files/Texto%204.pdf>> Acesso em: 30/10/2013
- RASHID. **Confundindo Sábios**. Intérpretes: Rashid, Emicida, Rael, Kamau, Di Melo, Godo, Daniel Cohen e Tássia Reis. São Paulo, 2013. CD.
- REDIN, Euclides; DIDONET, Vital. **Uma cidade que acolha as crianças: políticas públicas na perspectiva da infância**. In: REDIN, Euclides; MULLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins. Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- UNICEF. **Carta da Convenção sobre os Direitos da Criança: Adotada em Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm> Acesso em: 03/11/2013.
- VOGEL, Arno; VOGEL, Vera Lúcia de O; LEITÃO, Gerônimo E. de Almeida. **Como as crianças vêm a cidade**. Rio de Janeiro: Pallas: Flacso: UNICEF, 1995.